

Palavras que dão a volta ao mundo: a personalização das catástrofes na mídia

*Words going around the world:
the personalization of disasters by the media*

*Palabras que dan la vuelta al mundo:
la personalización de las catástrofes en los medios*

Márcia FRANZ AMARAL
Carlos LOZANO ASCENCIO

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 130, diciembre 2015 - marzo 2016 (Sección Ensayo, pp. 243-258)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 20-01-2016 / Aprobado: 05-05-2016

Resumo

O artigo analisa o papel dos testemunhos no caso da cobertura de catástrofes, delinea algumas configurações narrativas mais comuns e sistematiza as especificidades que cercam a sua manifestação na mídia. A partir de uma reflexão teórica sobre os testemunhos na cobertura jornalística, traz casos que dizem respeito especialmente a dois desastres: a erupção do vulcão Nevado del Ruiz na Colômbia (1985) e o rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração no Brasil 30 anos depois. Conclui que o testemunho é configurado pela narração jornalística que tanto pode circunscrevê-lo à sua singularidade ou ampliá-lo com particularidades que contextualizem a catástrofe.

Palavras-chave: jornalismo e desastres; cobertura de catástrofes; testemunhas midiáticas; comunicação de risco.

Abstract

This article analyzes the role of journalistic testimony in the case of news coverage of disasters, describes some frequently narrative settings and explores the details surrounding its presentation in the media. From a theoretical reflection on testimonies in journalism, we studied particularly illustrative cases concerning two disasters: the eruption of volcano Nevado del Ruiz (1985) in Colombia and the rupture of a tailings dam in Brazil, 30 years later. We conclude media testimonies are arranged by the journalistic narrative, which could both restrict them to their uniqueness as much as expand them along with a contextualization of the disaster.

Keywords: journalism and disasters; media coverage of disasters; media testimony; risk communication.

Resumen

El artículo analiza el papel de los testimonios en el caso de la cobertura periodística sobre catástrofes, describe algunas configuraciones narrativas más frecuentes y explora los detalles que rodean su presentación en los medios de comunicación. A partir de una reflexión teórica sobre los testimonios en el periodismo, se estudian casos ilustrativos concernientes especialmente a dos desastres: la erupción del volcán Nevado del Ruiz (1985) en Colombia y la ruptura de un dique de residuos mineros en Brasil, 30 años después. Se concluye que los testimonios mediáticos son fijados por la narrativa periodística que tanto puede limitarlos a su singularidad como ampliarlos con particularidades que contextualizan las catástrofes.

Palabras clave: periodismo y desastres; cobertura de catástrofes; testimonios mediáticos; comunicación de riesgo.

1. Omayra, um testemunho fundador

- Yo vivo porque tengo que vivir. Y apenas tengo trece años. Quiero decir unas palabras... Mamá, si me escuchas yo quiero decir... reza para que yo pueda caminar y esta gente me ayude. Mami te quiero mucho, papi, hermano... adiós madre.

Há 30 anos, a erupção do vulcão Nevado del Ruiz matou 25 mil dos 30 mil habitantes que residiam na localidade de Armero, Colômbia. Por 75 horas, Omayra Sánchez, 13 anos, ficou presa nos escombros de sua casa, com os pés sobre os cadáveres de seus familiares, coberta de lodo até o pescoço. Quando mais Omayra era puxada para cima, mais aumentava o efeito de sucção. Enquanto o precário socorro buscava uma bomba de água para esvaziar o local, dois jornalistas e um cinegrafista acompanharam o caso, auxiliaram a menina a se manter lúcida e registraram suas reações. Quando a motobomba foi trazida, ao constatarem que suas pernas estavam presas e a única chance de salvá-la era amputá-las, o que era impossível, optaram por deixar a menina morrer, o que ocorreu provavelmente por gangrena ou hipotermia severa.

O fotógrafo francês Frank Fournier fez uma foto de Omayra que simbolizou a tragédia e ganhou o World Press Photo em 1986. O cinegrafista Evaristo Canete, da Televisão Espanhola, gravou a situação desde 35 horas após o ocorrido, até a morte da menina. A reportagem *Colombia: bajo el volcán*, veiculada na TV Espanhola, obteve o prêmio “Ondas” na categoria de melhor reportagem internacional de televisão. Na matéria, Omayra pede à sua mãe (que estava viajando) que reze por ela e lhe dá adeus. O mundo inteiro partilhou dos últimos momentos de vida da menina. Talvez o testemunho da Omayra tenha ainda colaborado, embora tardiamente, para a denúncia sobre a negligência do governo em não evacuar a região.

O sofrimento televisionado de Omayra pode ser considerado um marco entre os testemunhos na cobertura jornalística de desastres e outros tantos vieram posteriormente. Como afirma Monegal (2010), o caso Omayra foi mostrado “sin trampa, sin manipulación, sin aditivos para aumentar la expectación”. Ou seja, o acontecimento já era suficientemente trágico e não necessitava de mais tintas fortes. Entretanto, sua repercussão midiática foi maior que o próprio desastre: “comprendieron entonces, enseguida, que lo ideal para conseguir audiencias fabulosas no era tanto enseñar una muerte, sino mostrar la agonía del ser humano hasta llegar a ella” (Monegal, 2010).

Omayra é um tipo raro de testemunha, pois nos fala até o limite da impossibilidade. Ela tanto foi uma sobrevivente, quanto uma vítima fatal. Como lembram Leal e Antunes (2015), “não é possível saber a morte, por isso narra-se outra coisa, informa-se sobre algo da vida”. Omayra fala por outros 25 mil que perderam a vida. Na esteira de Agamben, podemos dizer que dar testemunho significa colocar-se na posição dos que perderam a vida, “não existe titular do testemunho” (2008, p. 124). A testemunha produz sempre um discurso em

nome de terceiros, pois aqueles que não podem mais falar são as verdadeiras testemunhas integrais.

No jornalismo, as testemunhas auxiliam a dar a dimensão do desastre. Entretanto, é preciso considerar que o discurso jornalístico sobre uma catástrofe também ambiciona o inenarrável, até porque nunca conseguirá refletir o acontecimento em si, nem o acontecimento como um todo e sequer dará conta das narrativas daqueles que morreram. Cabe a ele participar da organização pública do caos e configurar o acontecimento. Como afirma Santos (2005, p. 82), o caráter revelador de um macroacontecimento compreende-se pela injeção de sentidos num acontecimento que começa “em bruto”.

Nossa reflexão se dedica às manifestações de vítimas e testemunhas oculares na mídia, mas não trata da consagração do público como testemunha (Frosh & Pinchevski, 2009, p. 1). Também não consideramos que a presença de testemunhos seja regra nas coberturas midiáticas sobre desastres. Uma investigação dedicada à construção de mensagens sobre riscos e catástrofes nos principais telejornais espanhóis (Lozano, 2015) concluiu que quase metade das notícias analisadas (43,3%) não utilizava nenhum tipo de testemunho. Esta circunstância não diminuiu a qualidade da mensagem nem o rigor do tratamento informativo, mas os pesquisadores ponderaram que seu uso teria deixado a cobertura mais equilibrada e completa. Nas notícias em que foram utilizadas declarações testemunhais, a maior parte (40,7%) delas foi de tipo vivencial, experimental ou presencial, quer dizer, microfones se abriram para vítimas diretas e indiretas e testemunhas oculares.

Consideramos que o jornalismo tem suas formas próprias de acionar os testemunhos. Em primeiro lugar, o testemunho midiático de um desastre está envolvido em um cenário que deve ser descrito e em uma rede de atores sociais em que sua fala é insertada. Há um espaço afetado, o ponto zero onde se registra o transtorno destrutivo, o lugar onde se manifesta a instabilidade e se registram as perdas materiais e humanas. Há também um entorno vulnerável, uma zona real ou prevista onde pode levar-se a cabo outro transtorno destrutivo. Esta classe de cenário é mais subjetiva que a anterior porque está delimitada pelo conhecimento, a experiência e antecipação dos sujeitos. A diferenciação entre o entorno atingido e o entorno vulnerável depende dos papéis que jogam os sujeitos protagonistas em uma situação de instabilidade. Assim, os protagonistas dos ambientes violados, em primeira instância, são os sobreviventes e os que presenciaram o fato, ou seja, o que denominamos de testemunhas. Posteriormente, os protagonistas são os voluntários ou profissionais de salvamento, os especialistas e, num terceiro momento, os responsáveis pela tragédia e os representantes do poder público.

Pesquisas mostram (Amaral, 2013) que as fontes autorizadas e ligadas ao poder costumam tergiversar no momento das tragédias e as fontes especializadas, embora fundamentais, ainda não têm elementos suficientes para concluir sobre o acontecido. Assim, as fontes testemunhais assumem importante papel

nas primeiras horas de qualquer tragédia. Nestes casos, a mídia parece obter uma “licença” de transmitir o fato *in loco* de maneira ainda desordenada ou de publicar matérias ainda não devidamente apuradas com as primeiras impressões das testemunhas. Nessa lógica midiática, imbricam-se tanto lógicas de credibilidade quanto lógicas de captação da audiência e os testemunhos podem integrar ambas.

Delineamos neste ensaio teórico algumas configurações narrativas do depoimento das testemunhas no jornalismo a partir de alguns casos, buscando compreender quais são suas contribuições para o relato jornalístico. Metodologicamente, incorporamos uma reflexão teórica sobre os testemunhos para pinçar o que desta literatura nos ajuda a refletir especificamente sobre a prática jornalística e trazemos ilustrações de testemunhos diversos na narrativa jornalística. Nossa hipótese é a de que há “diferentes regimes de testemunhos ligados a diferentes regimes de verdade” (Boltanski, 2015, p. 147). Assim, o objetivo deste trabalho é refletir sobre os diferentes papéis dos testemunhos nas narrativas jornalísticas, especialmente no caso de catástrofes. Pretendemos demonstrar, sobretudo, que os testemunhos podem ser configurados de diferentes maneiras pela narrativa jornalística. Podem espetacularizar o relato ou, em determinadas narrativas, servir a regimes de verdade, com efeitos de designação, reconstituição e elucidação (Charaudeau, 2010). Em algumas narrativas, os testemunhos têm seus efeitos patêmicos ressaltados. E, em outras, os efeitos patêmicos dos depoimentos também auxiliam no maior conhecimento sobre o acontecimento (Motta, 2016).

2. Configurações narrativas dos testemunhos na cobertura dos desastres

2.1. O testemunho e a força instituidora da mídia

É importante pontuar que a configuração dos acontecimentos catastróficos não pode ser reduzida às narrativas midiáticas. A instância midiática é um lugar privilegiado de produções de sentidos sobre as catástrofes e de configuração do acontecimento, mas os desastres não são meros produtos de fabricação midiática. Um acontecimento “não é constituído integralmente pelo modo como as narrativas jornalísticas o configuram”, reitera Lage (2013, p. 231). Os desastres, em termos pragmáticos, efetivamente aconteceram, mas “as narrativas jornalísticas constituem formas de viver os acontecimentos e, principalmente, de vivê-los coletivamente” (Lage, 2013, p. 233). França (2012) também chama a atenção para este aspecto e afirma que um acontecimento ocorre com pessoas no domínio da experiência e se realiza a partir de seu poder de afetação e interferência no quadro da normalidade do cotidiano de um povo. Para ela, é importante destacar o papel dos dispositivos midiáticos e formatos discursi-

vos na atribuição de sentidos das ocorrências cotidianas, mas nem toda força do desastre vem da “dinâmica instituidora da mídia” (2012, p. 42).

2.2. O testemunho e a narrativa do “ao vivo” e do “tempo real”

Quando um desastre vem à tona pelos meios jornalísticos, emerge primeiramente no tom do “ao vivo”, do relato da sensação e da experiência imediata. Como diz Sarlo, o discurso pós-moderno “faz uma apologia ao instante” (2007, p. 56). Essa característica se radicaliza na cobertura midiática. Flashes de âncoras famosos “direto do lugar da tragédia” ganham destaque, mantêm-se o tom da gravidade e as informações por um determinado tempo são as mesmas e chegam à beira da fruição ou da catarse.

A cobertura tem o compromisso de dar uma explicação provisória para o ocorrido até que outros elementos sejam apurados e haja uma reconstituição do fato adensada por diversos dados e depoimentos.

Se no dia 13 de novembro de 1985, crianças cobertas de barro se afogavam no lodo numa tragédia anunciada na Colômbia, no dia 5 de novembro de 2015, trinta anos depois, crianças cobertas de barro se afogavam no lodo de outra uma tragédia anunciada - o rompimento da barragem com rejeitos da mineração na cidade de Mariana, Brasil.

A barragem, da empresa Samarco Mineração S.A., localizava-se no subdistrito de Bento Rodrigues a 35 quilômetros do centro do município de Mariana, Minas Gerais, Brasil. Sem alarme algum, o tsunami de lama derramou 62 bilhões de litros de rejeitos do beneficiamento do minério de ferro. A lama percorreu 650 quilômetros em 16 dias. Matou pelo menos 17 pessoas (entre elas três crianças), desabrigou 600 pessoas, destruiu rios e exterminou 11 toneladas de peixes, deixou cidades sem água potável, desaguou no mar e exterminou fauna e flora pelo caminho.

Este segundo acontecimento se diferencia do caso da menina Omayra porque os testemunhos foram alçados à mídia posteriormente com imagens do desastre feitas por celulares. Além disso, nenhuma testemunha que se tornou vítima teve seus últimos momentos de vida gravados, com ocorreu no caso Omayra. Entretanto, na maioria das vezes, o testemunho é trazido para a história jornalística para consagrar o tom do “ao vivo” e da “cobertura em tempo real”. Os testemunhos sobre os primeiros momentos da tragédia, mesmo veiculados posteriormente, dotam o acontecimento da tensão jornalística necessária.

Trazemos para ilustrar alguns testemunhos utilizados pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão (em 8/11/2015) que mostram esta urgência em relatar o desastre ocorrido em Mariana. O programa mostra um vídeo feito pelo celular por um dos funcionários da mineradora que registra o momento em que a barragem rompe e eles fogem: – *Estourou, véio. Sai daí, sai do caminhão! Matou todo mundo, véio. Nossa senhora!* Tal testemunho foi usado por vários veículos de comunicação e tem o valor de revelar o desespero deles e de constatar o momento em que o vilarejo foi destruído. Edson, vigilante da Samarco,

na mesma matéria foi entrevistado pelos repórteres e afirma – *Eu tava sentado na guarita e vi que a energia toda acabou. A bomba desligou tudo. E aí veio um barulho muito grande aqui de cima. Eu achei que a tubulação tinha estourado. Eu aí vi que o rio tinha subido uns quatro metros. Montei no moto e subi quebrando pra casa. Ainda vi uma onda, várias ondas de cinco, seis metros de altura, pedra, tronco, árvore inteira.* Já Maria Aparecida dos Santos, dona de casa, relatou à repórter no mesmo programa: – *Eu tava no alto. Daí quando eu cheguei na janela da cozinha eu vi o Bento todo...destruído. Falei ah meu Deus, acabou o povo do Bento.*

Os testemunhos, nestes casos, produzem efeitos de verdade, entre eles a designação (ideia de autenticidade e transparência) e a reconstituição (ideia de verossimilhança), conforme já demonstrou Motta (2016) em sua pesquisa sobre os testemunhos na cobertura do incêndio da boate Kiss.

2.3. O testemunho midiático descola-se do sofrimento real

Compreender a ocorrência de desastres em abstrato, estritamente a partir de dados, requer muito esforço e atenção do público. A personalização de desastres a partir da cobertura jornalística tende a destacar os rostos, gestos, nomes próprios, expressões de dor, imagens de vítimas que dão um caráter humano e pessoal para todas as catástrofes e auxilia na compreensão do acontecimento. Entretanto, os testemunhos que tanto cristalizam a sensação da experiência bruta, da dor física e do sofrimento psicológico se transformam ao integrar uma narrativa midiática. Quando o testemunho de alguém de “carne e osso” integra a narrativa midiática, ele passa a ocupar um outro lugar que ultrapassa o sofrimento individual.

E isso não ocorre somente porque a narrativa midiática se aproveita automaticamente de forma antiética do sofrimento de alguém, embora isso também possa ocorrer. O testemunho para a mídia é apenas uma peça da história. O drama de Omayra foi real, mas ela, pessoalmente, somente enxergou uma fresta do acontecimento. Seu entorno foi dado pela configuração jornalística que inevitavelmente se utilizou de modelos narrativos onde seu testemunho foi encaixado. Assim ocorreu com o testemunho de uma mãe de um menino desaparecido chamado Sebastião, de sete anos, que estava na beira de um rio quando estourou a barragem de Mariana. Ela declara – *Não tenho mais esperança, tenho que aceitar que ele morreu. Eu ouvi o barulho, mesma coisa que um terremoto, lama demais* (Jornal Nacional, em 07/11/2015). O sofrimento desta mãe era apenas uma parte da história relatada no programa. Para Sarlo, a “proliferação do detalhe individual fecha ilusoriamente as fendas da intriga e a apresenta como se ela pudesse ou devesse representar um todo, algo completo e consistente porque o detalhe o certifica, sem ter de mostrar sua necessidade (2007, p. 52)”. Acrescenta ainda que “o detalhe reforça o tom de verdade íntima do relato” (Idem).

Um testemunho midiático tem características específicas porque não pode ser pensado sem a rede explicativa em que é inserido, nem sem os efeitos patêmicos que o acompanham. Denominam-se de patêmicos porque não se trata da emoção efetivamente vivenciada por alguém, mas de um efeito da ordem da enunciação midiática (Charaudeau e Maingueneau, 2004).

Carvalho explica como as experiências individuais são transcendidas: as narrativas “articulam saberes vindos das mais variadas instâncias das experiências individuais e coletivas, compartilhando-os para muito além dos limites de seus locais de gestação.” (2013, p. 51). Por isso, denominamos este tipo de testemunho que analisamos como midiáticos, não porque tenham sido fabricados pela mídia, mas porque foram configurados por ela. Com base em Lage (2013), ressaltamos que as narrativas jornalísticas são instâncias provedoras de diferentes formas de experimentar os acontecimentos: “O acontecimento [...] não é histórico –ou jornalístico– em si. É, na realidade, configurado como tal.” (2013, p. 231).

Assim, no jornalismo diário, o testemunho não se configura primeiramente num relato acabado com fins de recuperação da memória de fatos históricos (embora sempre tenha um caráter histórico), como por vezes constatamos na literatura sobre a Shoah ou sobre as ditaduras latino-americanas.

2.4. Nem todos podem ser testemunhos midiáticos

Também precisamos refletir sobre quem são as testemunhas que ascendem a esta condição na mídia. Em qualquer tipo de testemunho há uma autodesignação. “É a testemunha que de início se declara assim. Ela designa a si mesma. Há uma tripla autodesignação: a primeira pessoa do singular, o tempo passado do verbo e a menção ao lá em relação ao aqui” (Ricouer, 2007, p. 172). “A autodesignação gera uma situação dialogal: o testemunho é enunciado a alguém”. No caso da testemunha midiática, observa-se “a fórmula típica do testemunho: eu estava lá” (Ricouer, 2007, p. 172), mas para alguém ser alçado à condição de testemunha na mídia, terá que primeiramente se autodesignar como tal ao repórter. E o repórter normalmente dá credibilidade a estas falas. Afinal, os testemunhos emergem como as “falas autênticas” que parecem ser destituídas de interesses ou intenções.

É interessante ponderar que o testemunho parece ter sempre a chancela de autenticidade, mas não tem a priori rigor metodológico ou compromisso com a verdade. Diz Sarlo que os relatos testemunhais “têm como condição um narrador implicado nos fatos, que não persegue uma verdade externa ao momento em que ela é enunciada”. (2007, p. 49). Afirma a autora que a “tendência ao detalhe e ao acúmulo de precisões cria a ilusão de que o concreto da experiência passada ficou capturado no discurso” (2007, p. 50). O testemunho exige sempre este narrador ou gestor, mas esta figura costuma ser apagada, pois “tudo se passa como se o jornalista, antropólogo ou sociólogo gestor fosse uma figura transparente”, diz Seligmann-Silva (2005, p. 90). Assim, o jornalista pode se tornar

tanto um porta-voz do testemunho, como diz o autor, quanto um interditor, acrescentamos.

Ao contrário de um testemunho histórico, realizado um tempo depois do ocorrido, que busque reparar uma identidade a perigo (Sarlo, 2007, p. 51), o testemunho midiático se dá no calor da hora, no momento da perplexidade. E nele, a testemunha normalmente não está preocupada com qualquer papel reflexivo que a leve a pensar sobre o papel de sua fala. O jornalista, ao acreditar nesta designação, atribui à testemunha um determinado lugar de fala. A fonte testemunhal desconhece as regras que regem o discurso jornalístico, tem outras preocupações prioritárias e, em função disso, sua participação na mídia costuma ser vigiada e modulada.

Muitas vezes, em vez de construir conhecimento sobre o acontecimento, o testemunho degrada a informação, como foi o caso do falso testemunho dado por um homem ao jornal Hoje da TV Globo (16/08/2014) quando o repórter José Roberto Burnier entrevistou uma suposta testemunha do acidente aéreo que matou o presidencial brasileiro Eduardo Campos. O estivador Donizete Machado Junior afirmou ao vivo, abalado e emocionado, ter encontrado o corpo de Eduardo e revelou – *Eu cheguei a ver, cheguei a abrir o olho dele*. O testemunho foi uma farsa porque posteriormente se soube que nenhuma vítima poderia ser reconhecida visualmente.

Há também uma série de quesitos mais complexos que se requerem de uma testemunha midiática. Ao analisar como os sofrimentos são expostos no espaço público, Vaz (2014) reflete sobre os critérios usados pelas sociedades para expor determinados sofrimentos e relaciona esta exibição à elaboração social da responsabilidade, ou seja, às maneiras pelas quais determinadas culturas elaboraram o poder da ação humana na prevenção ou ocorrência de um evento trágico. O autor aborda ainda as estratégias que os sofredores usam para suscitar a solidariedade. Para que isso ocorra, diz o autor, as pessoas precisam se reconhecer como iguais e o sofrimento precisa ser visto como evitável.

A presença de um testemunho em uma matéria jornalística está ligada também a um efeito de patemização, com a noção antecipada de que a instância da recepção vai ter compaixão pela testemunha. Vaz (2014), mesmo não se referindo às testemunhas midiáticas, discorre sobre quais são as crenças necessárias para que se possa experimentar a emoção da compaixão, reflexão que consideramos útil para nossa problemática.

A primeira crença é o “juízo de gravidade sobre o sofrimento do outro” (Vaz, 2014, p. 86), ou seja, o observador julgará se o sofrimento do outro é grave. Conforme o autor, na pós-modernidade, muitas vezes o observador “não reconhece a gravidade porque não considera o outro um igual, como um ser cujo sofrimento merece ser reconhecido” (2014, p. 88). No caso dos que sofrem com um desastre, normalmente a gravidade do sofrimento é reconhecida, diferentemente do que ocorre em outros casos como, por exemplo, histórias de refugiados de algumas regiões que podem não gerar esta empatia. Quando ao sofredor é atribuída infe-

rioridade ou diferença moral, ele dificilmente será alçado à condição de testemunho midiático. É o caso, por exemplo, de um suposto criminoso após uma tentativa de linchamento. Dificilmente seu testemunho vai angariar a mesma compaixão que o testemunho de uma vítima de um desastre. A segunda crença que trazemos de Vaz para nos inspirar é o “juízo sobre a inocência do sofredor” (2014, p. 86), relacionada à noção de que aquele sofrimento não é merecido. Com base nesta crença, também podemos afirmar que normalmente os testemunhos que sofreram com catástrofes correspondem a estas características. A terceira crença é o “juízo de possibilidades similares” (2014, p. 86). Ou seja, o observador, no nosso caso, o leitor ou telespectador, precisa poder se colocar no lugar do que sofre. Para Vaz, na compaixão pós-moderna se reduz “ao máximo a distância entre sofredor e audiência” (2014, p. 94).

3. O testemunho do singular ao particular

Passamos então a refletir sobre formas de configuração do testemunho na narrativa jornalística com base nos conceitos de singular e particular. O uso dos testemunhos no jornalismo pode ser associado à ideia de um *zoom* na extrema singularidade, como o que ocorreu com o testemunho de Omayra. Os fatos singulares são exibidos exaustivamente em seus detalhes, numa tentativa de reforçar o caráter sensacional do acontecimento.

Ao contar sua história na primeira pessoa, o depoimento da menina Omayra integra uma narrativa baseada na imediaticidade e na aparência dos fatos. Como afirma Genro Filho (1987), o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizada no singular e refletimos que talvez por este motivo os testemunhos sejam tão utilizados pela narrativa jornalística. O autor se utiliza de uma arquitetura teórica para explicar o conceito de notícia a partir de categorias filosóficas (o singular, o particular e o universal). Para ele, numa notícia são os aspectos singulares dos fatos que estão na manchete, no título e no *lead*. O singular é a alma da notícia, é o menos generalizante, o que não se repete, o que é idêntico só a si mesmo, o novo, a realidade em movimento. “A singularidade é uma experiência vivida de modo mais ou menos direto” (Genro Filho, 1987, p. 160). É no singular que “se pode pensar na corporeidade, onde tudo se sente” ressalta Laurindo (2008, p. 54) com base no mesmo autor. É a partir do relato do singular que a informação jornalística aborda a realidade, mas trata-se de um singular que embora trate do imediato, também já está mediado por ser uma apropriação da realidade.

O jornalismo só se realiza com qualidade se os aspectos singulares forem paulatinamente se relacionando com os aspectos particulares de cada acontecimento. Cada veículo elege um aspecto singular para enquadrar a notícia e necessita, com o amadurecimento da apuração, realizar a contextualização, ou seja, aprofundar os aspectos particulares, mostrar o que aquele fato tem em comum

com outros e em que cadeia de acontecimentos ele se localiza. Com a contextualização, as matérias geram conhecimento e mostram que a atividade jornalística pode ser exercitada de forma ética e responsável. Assim, os testemunhos reúnem aspectos singulares do acontecimento que podem se espalhar para diversos aspectos particulares. O autor acredita que o singular de cada fato contém sempre aspectos que podem se relacionar com outros acontecimentos e também à aspectos universais que dizem respeito à toda a humanidade.

Quando a cobertura jornalística retarda a apuração dos fatos, a particularização não se realiza imediatamente e as notícias ficam circunscritas ao singular e, portanto, aos aspectos sensacionais (a singularização extrema). Ou seja, os aspectos dramáticos são próprios de fatos como esses, mas não podem presidir a cobertura por demasiado tempo. Assim, não é o uso de elementos dramáticos como o testemunho, constitutivos de tais tragédias, que provoca os excessos nas coberturas, mas sim a cristalização, no discurso, da gravidade da experiência por tempo excessivo. Os problemas da cobertura não estão no relato da emoção, mas na excessiva exposição de suas vítimas e testemunhos conjugada com a falta de dimensão do seu entorno (suas particularidades). Como afirma Sarlo (2007, p. 51), o indivíduo possui uma espécie de generalidade. Cabe ao jornalismo, afirmamos, potencializar o relato da experiência individual e, ao torná-la notícia, dotá-la de relações mais amplas.

A partir de Genro (1997), compreendemos também que sequer os fatos emergem como íntegros e sim de forma atomizada e são, portanto, reconstruídos pelo jornalismo. O *Jornal Nacional* (em 06/11/2015) inicia com o que chama de “o desespero de funcionários que testemunharam o acidente” com a barragem de Mariana: No vídeo, filmado de um celular, pessoas que presenciaram o rompimento fogem desesperadas – *Bora, Bora. Vai Tiago! Vai, Tiago, acelera! Tem um caminhão, volta, volta, volta! Ô meu camarada, volta ou vira o caminhão e racha o fora. Volta, Zé, volta, volta, volta, volta. Vamo embora!* Entretanto, é um testemunho que está inserido em uma narrativa maior sobre o acontecimento. Ele só não bastaria para esclarecer o fato.

O enredo construído no entorno destes testemunhos pode ser tecido de diversas maneiras nas narrativas sobre os desastres que envolvem a natureza. Entre os esquemas narrativos mais comuns estão: o drama humano, a fúria da natureza, a falta de ação do Poder Público, os problemas ambientais e a vulnerabilidade social.

Leal e Antunes (2015) afirmam que todo o texto testemunhal é um fragmento de condições históricas. Estas condições, no caso dos testemunhos sobre o desastre de Mariana, podem ser identificadas como o que foi possível dizer dele naquele momento histórico, tendo em vista a vasta rede de interesses que o circunscreveram. Podemos citar, entre estas condições históricas, a forma de extração do mineral, a falta de um plano de ação para esvaziamento dos arredores, a potencial destruição ambiental, a extrema dependência que a cidade tinha da atividade, a força da empresa que financia políticos e patrocina

meios de comunicação, a fala indignada das vítimas atônitas, o pessimismo dos ambientalistas e biólogos e a constatação da morte do Rio Doce. Os testemunhos podem ser ampliados numa narrativa que mostra que todos poderiam ter sido vítimas do acontecimento ou ainda numa narrativa que traz os aspectos políticos e sociais que circundam o acontecimento.

3.1 O testemunho e seu potencial político

Afirma Lage (2013) que o trabalho midiático de constituição dos fatos consiste em colocar os acontecimentos na trama de uma história e fornecer a eles uma ordem, uma explicação, uma história causal. E aí reside uma outra possibilidade de expansão do discurso jornalístico para aspectos mais gerais, mais particulares, que transcendam o singular: pinçar na trama de fios que compõem a tragédia o potencial político do testemunho e amplificar a voz que parece ser de uma única pessoa.

O programa de televisão Fantástico (em 15/11/2015), ao abordar a tragédia de Mariana, entrevista o pedreiro José Horta Gonçalves. Ele mostra à repórter sua casa destruída: – *Trabalhamo tanto pra conseguir isso aqui e hoje não tem nada, dentro de duas horas de relógio acabou tudo. É triste.* Podemos observar como se exacerba o caráter intersubjetivo do discurso, pois a intensidade dos relatos da experiência afeta o telespectador. Podemos nos inspirar em Ricouer que afirma que o testemunho é a confiança na palavra de outrem que “faz do mundo social um mundo intersubjetivamente compartilhado” (Ricouer, 2007, p. 175). Peres também reflete neste sentido e reafirma o testemunho pode oferecer uma chave para “colocar sujeitos em relação” (2014, p. 13).

Entretanto, a forma como os sujeitos são colocados em relação e a potencialidade política deste gesto se dá de maneira controlada. Um exemplo que podemos citar é de um vídeo gravado por populares que circulou nas redes sociais, e mostrava uma entrevista da repórter da Rede Globo, Isabela Scalabrini, com uma pessoa do povo sobre a tragédia em Mariana. Este homem começa a dizer, com o dedo em riste e tom inflamado – *A Samarco sabia disso. A Samarco sabia disso!* Referia-se ao fato de a empresa dona da barragem ter consciência dos riscos. Do grupo que cercava o entrevistado, uma voz denunciava: – *É tragédia anunciada!* O cinegrafista imediatamente desiste de filmar e a repórter baixa o microfone. Questionados pelo grupo do porque da desistência de fazer a entrevista, a repórter afirma que “o disco havia acabado” e começa um bate-boca entre os presentes e ela. Fica muito claro de que se tratava de um testemunho que não interessava à narrativa pretendida, tanto pelo conteúdo da fala como pela forma indignada e destemperada como se apresentava. Ou seja, como já mencionamos, a testemunha não correspondia aos critérios estabelecidos. Posteriormente, verificamos que o homem se chamava Francisco Israel e uma pequena parte de sua fala foi ao ar no Programa Fantástico, da Rede Globo (em 08/11/2015). Na parte que foi ao ar, ele falava tranquilamente e mostrava a foto da netinha desaparecida de cinco

anos – *Eu vi ela, veio duas vezes assim na lama e voltou, sumiu*. O momento em que ele protesta contra a empresa Samarco não foi veiculado.

Eventualmente, alguns testemunhos mais críticos são permitidos, mas somente se o entrevistado mostra uma certa competência comunicacional, como foi o caso de Vanderlei, que perdeu a mãe, e declarou serenamente ao *Jornal Nacional*: – *Eu esperava não perder minha mãe, era tudo o que eu tinha de mais precioso, mas se isso não tiver volta, esta tragédia tem nome, tem responsável, tem causa, e a justiça pune quem tiver que punir* (Edição do dia 7/11/2015).

Lage lembra o quanto permanece desafiador enxergar no testemunho midiático um viés político. Ele explica: “por potencial político nos referimos especificamente à própria capacidade do testemunho para produzir cenas polêmicas e evidenciar um comum partilhado e uma separação evidente no ordenamento sensível dos corpos e falas” (Lage, 2015, p. 119).

Trazemos como exemplo para esta reflexão, uma matéria da BBC Brasil intitulada “Lágrima, lama e morte: a jornada de um fotógrafo no Rio Doce” (26/11/2015). Uma das fotos da matéria, de Leonardo Merçon, que convivia na comunidade afetada, ganhou mundo: a do pescador Benilde Madeira que foi encontrado chorando e recolhendo peixes mortos no rio arrasado pelo rompimento da barragem. A foto, extremamente singular, mostrava o sentimento de um homem traduzido em uma lágrima. Foi compartilhada por milhares de pessoas redes sociais e acabou provocando uma outra abordagem jornalística da BBC Brasil, em 01/12/2015. Nesta segunda reportagem, intitulada “A história por trás da foto do pescador que ‘perdeu vida para a lama’”, podemos observar como é possível que o testemunho parta de uma extrema singularidade e se amplie para uma cobertura que privilegie mais criticamente as particularidades do fato e deixe brechas para o potencial político do acontecimento.

A matéria começa lembrando que há pescadores, quilombolas, índios e pequenos agricultores que perderam suas fontes de sustento com a destruição no caminho da lama e a morte do Rio Doce e não receberam nenhum apoio financeiro da empresa Samarco ou do Governo Federal. E logo em seguida, traz um testemunho do pescador que aparece emocionado na foto da primeira reportagem. Diz ele – *A primeira coisa que me veio quando vi aqueles peixes morrendo foi que minha vida acabou e meu rio morreu. [...] O culpado era uma grande mineradora, e por mais que eu pudesse lutar contra ela, não tem como (lutar) com um gigante desses. Mesmo que eu quisesse lutar, seria inútil, eu perderia essa batalha*. O pescador, agora sem renda, declara: – *Me sinto como um cachorrinho que caiu da mudança. Perdido. [...] Não sei como vou pagar minhas contas, não sei como vou viver, eu não sei, eu não sei, eu simplesmente não sei*. A reportagem relata então ter procurado a empresa e o Poder Público, mas constata que as respostas não são animadoras: nenhum dos órgãos entrevistados tem um plano com soluções imediatas para estes afetados. A BBC ressalta a declaração da Samarco de que o pescador é “apenas um exemplo de tantas pessoas que foram impactadas de forma tão inesperada” e afirma que a empresa “diz estar fazendo

um ‘cadastramento de famílias diretamente impactadas, como pequenos agricultores, pescadores e areeiros’”. A reportagem também consultou o Ministério da Agricultura e afirma que este “pediu desculpas e informou que está com a ‘equipe desfalcada’”. Segundo a BBC, o Ministério “não conseguiu ‘ninguém para responder à demanda’”. Depois de mostrar a inoperância da empresa e do Poder Público, a reportagem volta ao pescador, que declara: – *Preciso abandonar minha casa, meu canto e procurar outro rio para poder trabalhar.*

Este testemunho foi então configurado pela narrativa jornalística de forma a mostrar um sofrimento individual real, mas foi remetido de um plano singular a um plano particular. O acontecimento foi contextualizado para além de seus limites patêmicos e seu aspecto político foi potencializado.

4. Considerações finais

A importância da mídia nas narrativas atuais é inegável, especialmente em situações públicas de insegurança e de instabilidade. Por isso, a investigação das convenções narrativas usadas pelo regime de verdade do jornalismo para relatar os desastres é importante.

A narrativa jornalística sobre os desastres tem nos testemunhos um de seus pilares. A força, intensidade e verdade dos testemunhos são peças fundamentais para o relato da gravidade e do interesse humano destes acontecimentos. São palavras que facilmente ganham visibilidade para além dos limites geográficos dos desastres e podem acionar na audiência sentimentos como estupefação, empatia, solidariedade e indignação. Na cobertura de catástrofes, o jornalismo ganha potência e se retroalimenta dos testemunhos que aciona.

Entretanto, como vimos, os testemunhos podem ser configurados pela narrativa midiática de maneiras diversas. Tanto podem ficar circunscritos em sua singularidade ou comporem uma narrativa mais ampla, com particularidades que contextualizem a catástrofe. Não é a presença do relato de uma experiência radical numa matéria que a torna mais completa ou mais crítica. O testemunho só provocará a razão crítica e a dimensão social do entorno do desastre se a narrativa jornalística assim permitir.

Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Amaral, M.F. (2013). Os testemunhos de catástrofes nas revistas brasileiras: do medo individual à patemização midiática. *Revista Contracampo*, 26(1), pp. 71-86.
- Boltanski, L. (2015). A Presença das Pessoas Ausentes. *Revista Parágrafo*. Jul. / Dez. V. 2, N. 3 (147-156). Recuperado de <http://revistaseletronicas.fiamfaam>.

- br/index.php/recicofi/article/view/338/346
- Carvalho, C.A. (2013). Apontamentos teóricos e metodológicos para compreender as vinculações sociais das narrativas. En B. Souza Leal & C. A. Carvalho (Eds.), *Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas*. (49-66). São Paulo: Intermeios.
- Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (2004). Pathos. Em Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (Ed.) *Dicionário de Análise do Discurso* (371-372). São Paulo: Contexto.
- Charaudeau, P. (2010). *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto.
- Damasceno, A. (2013). A Prática do testemunho no telejornalismo: memória, história e Justiça. *Revista Brasileira de História da Mídia*. 2(2), pp.183-189.
- França, V. (2012). O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. Em França, V. & Oliveira, L. (Eds.) *Acontecimento: reverberações*. (39-53). Belo Horizonte: Autêntica.
- Frosh, P. & Pinchevski, A. (Org.) (2009). *Media witnessing: Testimony in the Age of Mass Communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Genro Filho, A. (1987). *O Segredo da Pirâmide*. Porto Alegre: Tchê.
- Lage, L. (2013). Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico. Em Leal, B.S. & Carvalho, C.A. (Ed.) *Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas*. (227-245). São Paulo: Intermeios.
- Lage, L. (2015). Cenas do testemunho na televisão: o (des)encontro de mundos. *Galaxia*. Recuperado de <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/20241>.
- Laurindo, R. (2008). *Jornalismo em três dimensões: singular, particular e universal*. Blumenau: Edifurb.
- Leal, B.S. & Antunes, E. (2015). O testemunho midiático como figura de historicidade: implicações teórico-metodológicas. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, Nº129 (2015). Pp. 213-228.
- Lozano Ascencio, C. (2015). *La construcción del mensaje sobre los riesgos y catástrofes de origen natural en los noticieros de las principales cadenas de televisión de cobertura nacional en España (2013-2014)*. Seminario Internacional Ciencias Sociales y riesgo de desastres em América Latina: um encontro inconcluso. Instituto de Geografía, Universidad de Buenos Aires, Argentina. Recuperado de http://www.pirna.com.ar/files/pirna/SICSYRD_PON_LOZANO_Carlos.pdf
- Martins, M. (2012). Do funcionamento dos media à crise da modernidade: o espaço público e os seus simulacros. Em Ramos, M.C. & Bianca, N. (Eds.) *Estado e Comunicação*. Recuperado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25369>
- Monegal, F. (2010, Noviembre 16). Omaira, sin saberlo, cambió la tele. *El Periódico de Catalunya*. Recuperado de <http://www.elperiodico.com/es/noticias/tele/20101116/omaira-sin-saberlo-cambio-tele/589945.shtml>
- Motta, J. (2016). *Os testemunhos na cobertura ao vivo do incêndio da boate Kiss*. 2016. Dissertação (Tesina de Maestria). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria.

- Muñoz, S. (2015). Humanismo y desastres naturales: el caso de Omaira Sánchez y la erupción del Nevado Ruiz. En Lozano Ascencio, C. (Ed.) *La construcción del acontecer de riesgos y de catástrofes*. (69-84). La Latina, Tenerife: Cuadernos Artesanos de Comunicación 82.
- Peres, A.C. (2014). Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. En XXIII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal do Pará. Belém: Compós.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- Sarlo, B. (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras
- Seligmann-Silva, M. (2005). Testemunho e a Política da Memória: O tempo depois das Catástrofes. *Guerra, Império e Revolução*. (30), pp.31-78.
- Vaz, P. (2014). A compaixão, moderna e atual. Em Freire Filho, J. & Coelho, M.G.P. (Ed.) *Jornalismo, cultura e sociedade: visões do Brasil contemporâneo*. (73-98), Porto Alegre: Sulina.